

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.633 - SP (2019/0019466-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : V P P E C
RECORRENTE : C D E C E C N
ADVOGADOS : CLÁUDIA STEIN VIEIRA - SP106344
MARCELO BAPTISTA DA COSTA - SP211343
RECORRIDO : Y V P E C
ADVOGADO : GLADYS MALUF CHAMMA AMARAL SALLES - SP070829
RECORRIDO : C P E C - ESPÓLIO

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por V P P E C e outro, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 592-598 e-STJ), assim ementado:

Agravo de Instrumento Inventário Decisão que indeferiu pedidos de esclarecimento a respeito de bens particulares do falecido e reconheceu que a viúva não seria herdeira necessária do falecido Inteligência do artigo 1829, I do Código Civil Cônjuge sobrevivente casado sob o regime da comunhão parcial de bens concorre com os descendentes do cônjuge falecido quanto aos bens particulares Bens clausulados Restrições que não ultrapassam o beneficiário Herdeiros que recebem os bens livres - Recurso provido.

Opostos embargos declaratórios (fls. 606-615 e-STJ), restaram desacolhidos na origem (fls. 625-628 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 631-668 e-STJ), os insurgentes aduzem a existência de dissídio jurisprudencial, bem como alegam violação aos seguintes dispositivos de lei federal:

(i) artigo 1.829, inc. I, do Código Civil, sustentando que a recorrida não deve concorrer com os descendentes em relação aos bens particulares do falecido;

(ii) artigo 1.899 do Código Civil, ao argumento de que os bens particulares deixados pelo falecido são frutos de herança recebida de sua mãe, gravados com cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade;

(iii) artigo 1.228 do Código Civil, porquanto o proprietário tem direito de dispor sobre seus bens e, no caso, tanto o falecido, quanto sua mãe, utilizaram-se desta faculdade; e,

(iv) artigo 1.022, inc. I, II e III, do CPC/15, aduzindo que não foram sanadas as omissões apontadas nos aclaratórios.

Apresentadas contrarrazões (fls. 799-823 e-STJ), o apelo extremo foi admitido na origem.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve

confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018 .

Alegam os recorrentes que o acórdão impugnado restou omissos pois teria acolhido a tese da ora recorrida sem fundamentação, bem como deixado de analisar a existência de cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade.

Todavia, conforme trecho a seguir citado, o Tribunal local tratou expressamente das teses, apontando os fundamentos jurídicos que sustentam a decisão (fls. 595-597 e-STJ):

Há bens particulares clausulados e outros, livres, adquiridos na constância do casamento.

A questão exige interpretação do artigo 1.829, I do Código Civil, que como se sabe, não é pacífica.

[...]

Em análise ao dispositivo legal verifica-se, pelo trecho grifado, que a regra é que o cônjuge supérstite concorre com os herdeiros necessários.

As exceções são: o casamento pelo regime da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória e, por fim, se o falecido não deixar bens particulares .

Isto porque, nas duas primeiras hipóteses, haverá prévia disposição sobre o destino dos bens adquiridos ou existentes e, na terceira hipótese, o cônjuge é simplesmente meeiro nos aquestos.

A conclusão sobre esse tema é que a viúva é herdeira e concorre com os filhos do de cujus em igualdade de quinhões sobre os bens particulares (art. 1823 e 1845 do CC).

Resta apreciar a controvérsia quanto às cláusulas impostas antes da transmissão ao de cujus especialmente aquela que previa a incomunicabilidade.

De início verifica-se que o de cujus recebeu os bens por sucessão a título gratuito de sorte que não cogita de encargo e sim mera restrição que, como cediço, não ultrapassa a vontade do testador ou titular da herança, devendo ser preservada a sua intenção.

Em regra a imposição das cláusulas restritivas da propriedade traduz a vontade do testador de que o patrimônio chegue íntegro à sucessão do beneficiário, beneficiando seus herdeiros, devendo ser partilhado entre os três que se apresentam (dois filhos e o cônjuge sobrevivente) em igual proporção de quinhões como antes referido). [grifou-se]

Aduz, ainda, que a Corte deixou de considerar a vontade manifestada pelo falecido, ao eleger o regime de comunhão parcial, bem como ao legar o usufruto de um imóvel particular à recorrida. Sustenta, em síntese, que seria clara a vontade do falecido de que a recorrida não concorresse na herança de seus bens particulares.

Todavia, ainda que a Corte de origem não tenha, de forma expressa, afastado a tese, observa-se que a mesma não apresenta relevância capaz de modificar o julgado.

Isto porque, a disposição de vontade acerca dos bens, para depois de sua morte, se dá apenas através do testamento, e não pode incluir a legítima dos herdeiros necessários (art. 1.857, §1º, do Código Civil).

Ou seja, a vontade do autor da herança, mesmo que manifestada por testamento, não tem o condão de alterar a ordem de vocação hereditária (sucessão legítima), uma vez que a mesma é estabelecida por lei (art. 1.829 do Código Civil).

Neste sentido, ao reconhecer a vocação hereditária da recorrida, concorrendo com os descendentes do falecido na sucessão legítima, a Corte de origem, de forma implícita, afastou a possibilidade de que a vontade do falecido modificasse a ordem de vocação hereditária.

Não há que se falar, portanto, em omissão, uma vez que, nos termos da remansosa jurisprudência dessa Corte, o órgão julgador deve se manifestar sobre todas as teses que poderiam, em tese, infirmar a conclusão adotada - não estando, contudo, obrigado a rebater, um a um, os argumentos das partes.

Nesse sentido, destacam-se os precedentes: **AgInt no AREsp 1355610/PR**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 01/02/2019; **AgInt no REsp 1711785/SC**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 11/10/2018; **EDcl no AgRg no AREsp 713.546/RJ**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 25/11/2016.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Em relação à alegação de ofensa ao artigo 1.829, inc. I, do Código Civil, bem como ao dissídio suscitado, sustentam os recorrentes que a recorrida, esposa do falecido, não deve concorrer com os descendentes deste em relação aos bens particulares deixados.

Como visto acima, a Corte de origem entendeu "*que a viúva é herdeira e concorre com os filhos do de cujus em igualdade de quinhões sobre os bens particulares*" (fl. 596 e-STJ).

A questão foi pacificada em julgamento proferido pela Segunda Seção dessa Corte, veja-se:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DIREITO DAS SUCESSÕES. CÔNJUGE SOBREVIVENTE. REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. HERDEIRO NECESSÁRIO. EXISTÊNCIA DE DESCENDENTES DO CÔNJUGE FALECIDO. CONCORRÊNCIA. ACERVO HEREDITÁRIO. EXISTÊNCIA DE BENS PARTICULARES DO DE CUJUS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.829, I, DO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA.

1. Não se constata violação ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a Corte de origem dirime, fundamentadamente, todas as questões que lhe foram submetidas. Havendo manifestação expressa acerca dos temas necessários à integral solução da lide, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte, fica afastada qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

2. Nos termos do art. 1.829, I, do Código Civil de 2002, o cônjuge sobrevivente, casado no regime de comunhão parcial de bens, concorrerá com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares.

3. A referida concorrência dar-se-á exclusivamente quanto aos bens particulares constantes do acervo hereditário do de cujus.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1368123/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/04/2015, DJe 08/06/2015)

No mesmo sentido, as decisões monocráticas proferidas nos autos: **REsp 1426073/RS**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 27/09/2018; **REsp 1565180/PR**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 22/03/2018; e, **REsp 1362926/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 21/03/2017.

Portanto, deve ser mantida a decisão recorrida, proferida em consonância com jurisprudência dessa Corte, que reconheceu o direito da cônica supérstite a herdar os bens particulares do cônica falecido, concorrendo com os descendentes deste.

3. Já no que tange à alegada ofensa ao artigo 1.899 do Código Civil, sustentam os recorrentes que os bens particulares deixados pelo falecido são frutos de herança recebida de sua mãe, gravados com cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade.

A Corte de origem, todavia, afastou a tese, ante o seguinte fundamento (fls. 596-597):

Resta apreciar a controvérsia quanto às cláusulas impostas antes da transmissão ao de cujus especialmente aquela que previa a incomunicabilidade.

De início verifica-se que o de cujus recebeu os bens por sucessão a título gratuito de sorte que não cogita de encargo e sim mera restrição que, como cediço, não ultrapassa a vontade do testador ou titular da herança, devendo ser preservada a sua intenção. [grifou-se]

O recurso especial reitera a tese da existência da cláusula, sustentando que, ao deixar os bens a seu filho gravados com incomunicabilidade, a mãe (do autor da herança ora em comento) deixou manifesta sua vontade de que estes bens não passassem a sua então esposa.

Todavia, os recorrentes deixaram de impugnar o fundamento central da decisão recorrida, de que a cláusula em questão não ultrapassa a vontade do testador.

Incide, portanto, o óbice da Súmula 283/STF.

4. No que se refere à tese de violação ao artigo 1.228 do Código Civil, sustentam os recorrentes que o proprietário tem direito de dispor sobre seus bens, o que teria sido feito, tanto pelo autor da herança, como por sua mãe, ao lhe deixar os bens gravados com incomunicabilidade.

Todavia, há que se ressaltar, conforme já exposto anteriormente, que a disposição acerca dos bens para depois da morte se dá através do testamento, regulado pelos artigos 1.857 e seguintes do Código Civil.

O dispositivo apontado como violado trata da livre disposição (em vida) do proprietário sobre seus bens, que em muito se difere da liberdade de dispor de seus bens por testamento - a começar pela impossibilidade de dispor sobre a legítima dos herdeiros necessários.

Portanto, considerando que o dispositivo apontado como violado não guarda relevância para o presente debate, por não conter carga normativa suficiente para alterar o julgado, incide o óbice da Súmula 284/STF.

Neste sentido: **AgInt no AREsp 1091409/BA**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018; **AgRg no AgRg no RESp 1230609/PR**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 02/10/2013.

5. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, conhece-se parcialmente do reclamo e, nesta extensão, nega-se provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

